

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
-----------------------------	----

INTRODUÇÃO

1. Jurisdição constitucional	13
2. O Supremo Tribunal Federal: cúpula do Poder Judiciário e Corte Constitucional	15
3. Sistema de controle de constitucionalidade das normas	16
4. A eficácia das sentenças na jurisdição constitucional	20

Parte Primeira

EFICÁCIA DAS DECISÕES
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. EFICÁCIA DAS DECISÕES NO CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE	25
1.1 A natural vocação expansiva das decisões sobre a constitucionalidade das normas	25
1.2 Eficácia <i>inter partes</i>	28
1.3 Eficácias reflexas	30
1.4 Suspensão, pelo Senado, da execução da norma declarada inconstitucional	31
1.5 Eficácia vinculante para os demais tribunais	33
1.6 Força de precedente	37
2. EFICÁCIA DAS SENTENÇAS NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	40
2.1 O controle abstrato de constitucionalidade	40
2.2 Natureza do processo nas ações de controle abstrato	42
2.3 Natureza dúplice das ações	45
2.4 Sentença de declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade: eficácia <i>ex tunc</i>	48

2.5	Limites à eficácia <i>ex tunc</i>	49
2.6	Eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante	51
2.7	Termo <i>a quo</i> da eficácia declaratória e do efeito vinculante: distinção	54
2.8	Cumprimento das sentenças	55
2.8.1	Situações jurídicas anteriores	55
2.8.2	Situações jurídicas supervenientes	57
3.	EFICÁCIA DAS LIMINARES NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	59
3.1	A “função cautelar” como inerente à atividade jurisdicional	59
3.2	Natureza antecipatória das medidas liminares	61
3.3	Eficácia executiva da decisão	64
3.4	Eficácia vinculante, <i>ex nunc</i> e <i>erga omnes</i>	66
3.5	Cumprimento das liminares	68
3.6	Natureza provisória das liminares e efeitos da sua revogação	71
3.7	Ajustamento das situações jurídicas nascidas na vigência e por influência da liminar revogada	72
3.8	Suspensão dos prazos prescricionais e decadenciais na vigência da liminar	74

Parte Segunda

EFICÁCIA TEMPORAL, RESCISÃO E REVISÃO DAS SENTENÇAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

4.	EFICÁCIA TEMPORAL E REVISÃO DAS SENTENÇAS SOBRE RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL	79
4.1	A incidência da norma e a jurisdição do caso concreto	79
4.2	Espécies de relação jurídica e limites objetivos da coisa julgada	81
4.3	Limites temporais da coisa julgada e cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	88
4.4	Ação de revisão da sentença	90
4.5	Eficácia temporal da sentença e suspensão da execução da lei pelo Senado	92
4.6	Conflito entre a sentença do caso concreto e a proferida em controle abstrato de constitucionalidade	98

5.	EFICÁCIA TEMPORAL DAS SENTENÇAS EM AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	102
5.1	Coisa julgada em ações de controle abstrato de constitucionalidade	102
5.2	Vedação de rescisória e renovação da causa baseada em novo fundamento	105
5.3	Estabilidade do julgado e cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	107
5.4	Mudança no estado de direito	108
5.4.1	O problema do controle em abstrato da legitimidade das normas pré-constitucionais	109
5.4.2	Norma recepcionada: controle por ação declaratória de constitucionalidade e por ação direta de inconstitucionalidade	111
5.5	Mudança no estado de fato: inconstitucionalidade superveniente	113
5.6	Revisão das sentenças confirmatórias da constitucionalidade	116
5.7	O problema da “constitucionalização” superveniente	120
6.	AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL	122
6.1	O conflito entre a estabilidade jurídica e a justiça das sentenças	122
6.2	Coisa julgada e violação a “literal disposição de lei”	126
6.3	A estabilidade dos julgados, o princípio da supremacia da Constituição e a autoridade do STF	129
6.4	Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle concentrado	134
6.5	Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle difuso	135
6.6	Rescisão de sentença em matéria constitucional não apreciada pelo STF	137
6.7	Rescisão de sentença em matéria objeto de ADIn ou ADC em andamento	141
6.8	Rescisão de sentença em questões não sujeitas aos mecanismos de controle de constitucionalidade das normas	142
	<i>CONCLUSÕES</i>	147
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	157
	<i>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</i>	163